

**ANEXO**  
**PLANO DE DADOS ABERTOS**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**  
**VIGÊNCIA 2023–2025**

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Plano de Dados Abertos – PDA é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados, inclusive georreferenciados, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, permitindo, dessa forma, uma maior transparência das informações e a reutilização dos dados públicos pela sociedade.

Sua elaboração vem ao encontro do disposto nos seguintes normativos:

- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que, em seu artigo 48, determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;
- Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e determina que o compartilhamento e a disseminação dos dados georreferenciados e seus metadados são obrigatórios para todos os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal, salvo os protegidos por sigilo;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- Decreto Presidencial nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;
- Resolução nº 3/CGINDA, de 13 de outubro de 2017, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, entre outros normativos que abordam o tema de transparência;
- Decreto Presidencial nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019, que institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto.
- Decreto Presidencial nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Portaria nº 581/2021/GAB/CGU, de 10/03/2021, que, em seu Artigo nº 72, registra que "as unidades setoriais do SisOuv não incluirão informações extraídas da Plataforma Fala.BR nos Planos de Dados Abertos de que trata o § 2º do art. 5º do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016".

Dentre os elementos integrantes deste documento, estão previstos os canais de comunicação, cronogramas com prazos e responsabilidades, matriz de governança, monitoramento e controle, observando as metodologias e os padrões relacionados ao tema.

O Plano foi construído de forma colaborativa, em 2020, por meio da Portaria nº 7395, de 22 de Dezembro de 2020, envolvendo as áreas estratégica, finalísticas ("áreas de

negócios”), de tecnologia da informação, de comunicação e a Ouvidoria do DNIT, considerando os princípios da publicidade e da transparência da administração pública. Possui periodicidade bienal e foi publicado no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no portal do DNIT. Além disso, foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Autarquia e publicado em boletim interno por meio de edição de Portaria assinada por seu dirigente máximo.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do DNIT para relatar problemas técnicos ou inconsistências, o que será encaminhado às áreas responsáveis para resposta e solução, conforme o caso. Os usuários também podem fazer sugestões que serão referência para o aperfeiçoamento e as revisões do PDA. Da mesma forma, sempre que ocorrer a atualização ou inserção de novos dados, haverá divulgação ao público externo e interno, por meio da Coordenação Geral de Comunicação Social – CGCOM.

A Ouvidoria providenciou o levantamento das demandas fundamentadas na Lei de Acesso à informação recebidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

## **2.INTRODUÇÃO**

O DNIT tem demonstrado completo alinhamento com os preceitos norteadores da transparência pública, em atendimento ao princípio constitucional da publicidade, presente no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, e em consonância ao previsto no artigo 5º, inciso XXXIII de nossa carta magna, que fala do direito do cidadão a receber informações públicas. Prova disso são os diversos serviços disponibilizados ao cidadão por meio do portal do DNIT na internet, onde também se encontram informações relevantes acerca do funcionamento da Autarquia.

A primeira versão do PDA foi publicada no âmbito do DNIT por meio da Portaria nº 4.153/DAF, em seu Boletim Administrativo nº 157, de 15 de agosto de 2018, a qual vem sendo atualizada a cada dois anos.

A elaboração e as futuras revisões do PDA estão alinhadas com um dos mais importantes instrumentos de gestão do DNIT, seu Planejamento Estratégico, conforme pode ser visto a seguir.

### **2.1 CENÁRIO INSTITUCIONAL**

No contexto institucional, o planejamento estratégico do DNIT pode ser considerado um marco para o alcance dos objetivos estratégicos da entidade. Assim o mapa estratégico da Autarquia (**Anexo 1**), no qual constam a missão, a visão e os valores adotados pela instituição de modo a nortear os resultados para a sociedade.

Um dos valores elencados é o compromisso com a ética e a transparência. E dentre as perspectivas que pretendem colaborar para a consecução da missão institucional, é previsto, como um dos focos de atuação, o aprimoramento do planejamento integrado.

O planejamento estratégico do DNIT tem como meta relativa a seus processos internos a otimização da gestão das informações, o que também se relaciona aos objetivos do PDA.

Por fim, outros instrumentos aos quais este Plano busca estar alinhado são:

- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), cujo mapa estratégico pode ser visualizado no **Anexo 2**;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

No âmbito do PDTI, destaca-se o objetivo estratégico da TI de gerar e ampliar a disponibilidade de informações estratégicas e de apoio à decisão, o que significa prover mecanismos de disponibilização de informação, diretamente relacionado com o objetivo de abertura de dados do Plano de Dados Abertos.

### **3.OBJETIVOS**

#### **3.1OBJETIVO GERAL**

Promover a abertura de dados no DNIT, obedecendo aos princípios da publicidade, transparência e eficiência, visando aumentar a disseminação de dados e de informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados.

#### **3.2OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos;
- Preparar os dados georreferenciados para serem disponibilizados no formato aberto na vigência do PDA;
- Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- Estimular a interoperabilidade de dados e de sistemas governamentais pela publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos (INDA e INDE, conforme o caso);
- Melhorar a gestão da informação e de dados;
- Incrementar os processos de transparência e de acesso a informações públicas;
- Garantir transparência nas ações governamentais;
- Interagir com a sociedade utilizando a tecnologia como forma de aproximação;
- Catalogar dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ponto central de acesso aos dados do governo federal.

### **4.CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PDA**

A primeira ação empreendida para iniciar o processo de elaboração deste PDA foi a revisão dos documentos anteriores.

Compreendidas as características do processo, procedeu-se com a realização de uma consulta pública, entre os dias 16 e 30 de novembro de 2022, com o objetivo de saber dos cidadãos quais dados eram considerados mais relevantes para abertura. Tal consulta foi divulgada por meio do site do DNIT na internet e por suas mídias sociais.

Outro levantamento realizado, foi feito por meio dos pedidos de acesso à informação, registrados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, onde a Ouvidoria do DNIT realizou levantamento e extração dos dados mais solicitados em transparência passiva, relativos ao ano de 2022 (01/01/2022 a 12/12/2022).

Posteriormente foi realizada a compilação dos dados levantados por meio da consulta pública e dos dados extraídos pela Ouvidoria, para composição, juntamente com outros critérios de abertura, da respectiva matriz de dados a serem disponibilizados.

Finalmente, é realizada a publicação deste PDA, que contém os elementos necessários à execução do plano pelos próximos dois anos, com previsão de revisão anual, a fim de avaliar a qualidade e a relevância dos dados a serem disponibilizados.

#### 4.1– DIRETRIZES

- Publicação dos dados mais relevantes para a sociedade, em formato disponível;
- Informação relativa a eventuais limitações de qualidade dos dados;
- Publicação dos dados e metadados, sempre que possível, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui os requisitos mínimos que cada conjunto de dados, deve conter, conforme se segue:
  - O nome ou título do conjunto de dados;
  - Descrição sucinta;
  - Palavras-chave (etiquetas);
  - Assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
  - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
  - Periodicidade de atualização;
  - Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral);
  - Escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).
- No caso de dados georreferenciados, serão consideradas as normas e os padrões da INDE, segundo o sumário dos elementos do Núcleo de Metadados do perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (MGB);
  - Publicação dos dados do DNIT seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela INDA, pela INDE e pelas premissas do Governo Eletrônico;
  - Catalogação dos dados abertos do DNIT no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ponto central de acesso aos dados do governo federal;
  - Catalogação dos dados georreferenciados na INDE;
  - Promoção de integração entre os catálogos de metadados INDA e INDE;
  - Manutenção dos dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;

- Atualização dos dados, preferencialmente por meio de sincronização automática, para processo contínuo, sobretudo no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais;
- Utilização do CKAN (*Comprehensive Knowledge Archive Network*) como repositório, mantendo os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem;
- Utilização, como forma de disseminação, dos ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e do portal do DNIT.

## 5.DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS

### 5.1– CRITÉRIOS PARA ABERTURA E PRIORIZAÇÃO DOS DADOS

Foram considerados os seguintes critérios a fim de concretizar a priorização dos dados a serem abertos. Os **Anexo 4 a 6** exibem a matriz e a metodologia utilizadas para auxiliar nesse processo.

- Grau de relevância para o cidadão – consulta pública;
- Alinhamento com o Planejamento Estratégico do DNIT e seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Demonstração de resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado;
- Possibilidade de utilização do dado como fomento a novos negócios na sociedade;
- Volume de solicitação em transparência passiva;
- Conjunto de informações e sistemas do DNIT, com foco nos sistemas estruturantes;
- Nível de maturidade da organização para disponibilizar o conjunto de dados existentes, considerando a sensibilidade da informação e o nível de sigilo.

### 5.2– ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA DE DADOS

- Utilização dos dados já abertos, tendo em vista o levantamento realizado junto às áreas do DNIT, na elaboração do PDA 2023-2025;
- Priorização e seleção dos dados que serão abertos; Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos;
- Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões;
- Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE);
- Definição de arquitetura de abertura para cada sistema;
- Publicização dos dados catalogados, observando-se o uso de URL fixa. Dados hospedados no portal do DNIT, por padrão, serão divulgados na URL <https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>.

A disponibilização e o acesso a dados e informações geoespaciais (IG), bem como aos serviços relacionados, poderão ser compartilhados na INDE, por meio do Diretório

Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG). O Diretório concentra o acesso a uma rede de servidores de diversas instituições visando, entre outros objetivos, ao estudo agregado de dados de políticas públicas com diferentes temáticas, mas de semelhante localização geográfica.

Para alcançar efetivamente a interoperabilidade entre os diversos sistemas devem ser seguidas as normas da Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR e do e-PING, que definem um conjunto de padrões abertos que devem ser utilizados, baseados principalmente nas definições do *Open Geospatial Consortium* (Consórcio Geoespacial Aberto – OGC).

### 5.3– PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em atendimento ao disposto pela Resolução nº 3/2017/CGINDA, a respeito da priorização e justificativa dos dados a serem abertos, em função de seu potencial em termos de interesse público, o DNIT utilizou mecanismos de participação social que refletiram, juntamente com os supramencionados critérios, na escolha dos conjuntos de dados elegíveis à abertura. Os resultados de tais mecanismos podem ser vistos a seguir.

#### a) Consulta pública

Por meio desse mecanismo de participação, e a despeito do pequeno número de respostas (144 ao todo), foi possível perceber um maior anseio por parte dos respondentes em se obter os dados relativos a **andamento de obras, condições do pavimento, tráfego e segurança viária**, conforme se depreende da figura 1.

Não por acaso, são demandas relacionadas diretamente ao cotidiano do cidadão que trafega pelas rodovias federais administradas pelo DNIT, e cujos dados possuem grande potencial de uso e reuso para fomento de novos negócios na sociedade.

Figura 1 – Resultado da consulta pública realizada entre 16 e 30/11/2022

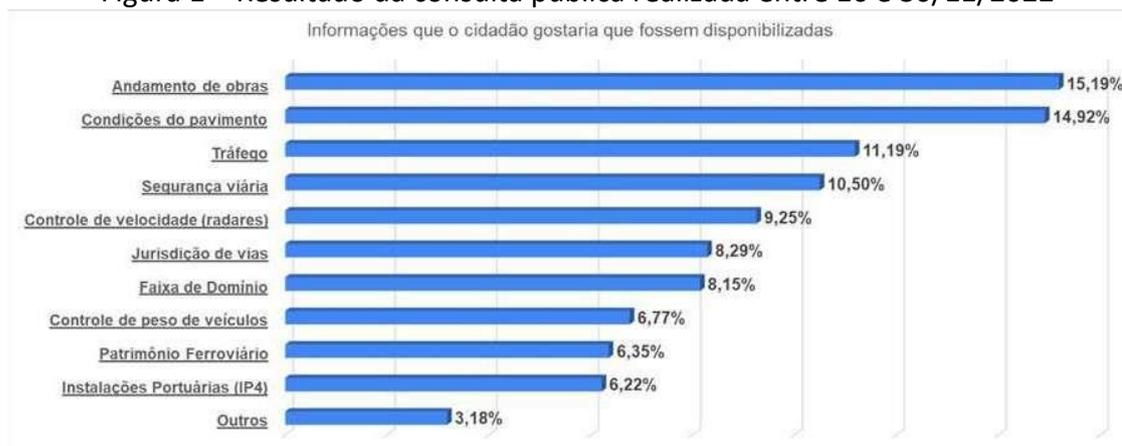
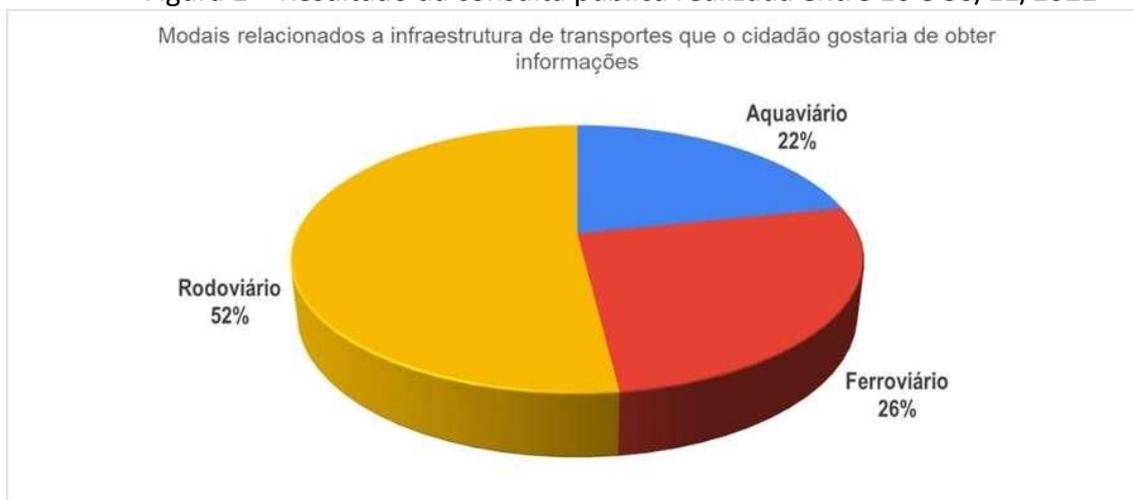


Figura 2 – Resultado da consulta pública realizada entre 16 e 30/11/2022



Mais adiante serão exibidas a matriz com os dados selecionados para abertura, segundo os critérios de priorização aqui mencionados, assim como a matriz de conjunto de ações a serem tomadas para abertura desses dados.

## 6. CATALOGAÇÃO NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS

O processo de catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos ([www.dados.gov.br/pagina/cadastrar-organizacao](http://www.dados.gov.br/pagina/cadastrar-organizacao)) será realizado diretamente pelas áreas responsáveis pelos dados, cuja ação contará com o suporte da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Administração e Finanças (CGTI/DAF).

Para que isso ocorra, cada uma das unidades indicará um ponto focal, o qual comporá um Núcleo coordenado pela CGTI, a quem também incumbirá capacitar os responsáveis por essa atividade, mediante utilização do Manual de Catalogação, objetivando operacionalizar o cadastro, a manutenção e a revisão dos conjuntos de dados, com apoio da Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil ([www.dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/](http://www.dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/)).

Será ainda de competência da CGTI realizar o cadastro dos mantenedores dos metadados no portal e solicitar a adesão da Autarquia à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), pelo e-mail [dadosabertos@cgu.gov.br](mailto:dadosabertos@cgu.gov.br).

Os dados georreferenciados serão catalogados no âmbito da INDE.

## 7. GOVERNANÇA E SUSTENTAÇÃO

### 7.1– GOVERNANÇA

Segundo o Manual de elaboração de Planos de Dados Abertos, a curadoria dos metadados catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos é de incumbência,

primeiramente, das áreas finalísticas responsáveis pelos dados, com suporte da CGTI na sustentação e publicação.

Na estrutura de governança proposta (figura 4), a CGTI ficará incumbida de coordenar o processo de curadoria dos dados, a fim de centralizar em apenas um local essa atividade, a qual será melhor detalhada a seguir, no item “Sustentação”.

A Ouvidoria, com suporte da CGTI e da CGCOM, realizará consultas públicas a fim de avaliar a qualidade dos dados selecionados à abertura e averiguar que outros dados a sociedade espera ver publicados.

A CGCOM realizará as divulgações prévia e posterior relativas às consultas públicas, assim como providenciará a publicação de matérias sobre as bases de dados escolhidas para abertura e seus conteúdos, como forma de fomentar o uso e reuso desses dados.

Figura 4 – Estrutura de governança do PDA

<b>AUTORIDADE DE MONITORAMENTO DA LAI</b> Supervisão da execução do PDA em nível estratégico.
<b>CGTI</b> Gestão e monitoramento da execução do PDA; Orientação das áreas e suporte ao processo de publicação e catalogação; Coordenação da curadoria dos dados.
<b>DIRETORIAS (ÁREAS FINALÍSTICAS)</b> Gestão e tutela dos dados;
Responsabilidade sobre as informações e a qualidade das bases; Publicação no Portal Brasileiro de Dados Abertos; Envio dos dados atualizados ao Programa de Transparência.
<b>OUVIDORIA</b> Promoção de consultas públicas a fim de avaliar a qualidade dos dados selecionadas para abertura e para saber que outros dados a sociedade espera ver publicados nos portais do DNIT e de Dados Abertos. Outras ações que venham a ser requeridas em seu campo específico de atuação.
<b>CGCOM</b> Apoio à publicação no Portal do DNIT; Publicação de matérias sobre as bases de dados escolhidas para abertura e seus conteúdos; Outras ações que venham a ser requeridas em seu campo específico de atuação.

## 7.2– SUSTENTAÇÃO

Essa atividade objetiva garantir a disponibilidade dos dados, a inclusão do processo de abertura de dados dentro da rotina do DNIT e a sustentabilidade e melhoria contínua dos dados publicados e catalogados.

É importante, também nessa etapa, zelar pela qualidade, completude e atualidade dos metadados, incluindo o uso de linguagem facilmente compreensível, tanto no título quanto na descrição dos conjuntos de dados que expliquem, inclusive, a política pública relacionada aos dados publicados.

Nessa fase está compreendida a curadoria dos metadados disponibilizados no *dados.gov.br*, que compreende as seguintes ações:

- Verificar, para efeitos de publicação, se os dados estão em conformidade com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
- Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura de dados. As propostas deverão ser construídas a partir da experiência da Ouvidoria com as demandas de informação pela sociedade e da gestão de dados da CGTI, que gerencia e oferece soluções transversais para as necessidades de compartilhamento de dados entre os diferentes sistemas;
- Publicar critérios para classificação da acurácia e da qualidade dos dados a ser fornecida como metadados pelas unidades publicadoras. (Exemplos de medida de acurácia para constar da publicação: grau de necessidade de conferência *in loco* ou por outro critério do dado, frequência esperada dessa conferência, frequência realizada dessa conferência etc).

No caso dos dados georreferenciados, compete à Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP) a coordenação da publicação de dados, com apoio da CGTI.

Por fim, **os responsáveis pelos dados são as áreas finalísticas**, às quais incumbe informar sua acurácia e qualidade nos respectivos metadados.

## **8. MONITORAMENTO E CONTROLE**

O monitoramento do PDA prevê o acompanhamento, a análise e a programação da abertura do conjunto de dados, e deve ocorrer ao longo de todo o processo de execução do Plano.

Conforme previsto na estrutura de governança, o PDA será supervisionado pela AUTORIDADE DE MONITORAMENTO DA LAI, com monitoramento e gestão por parte da CGTI. No monitoramento deverá ser realizada a atualização das metas e dos prazos, indicadores e produtos, além da verificação quanto ao alinhamento do PDA com os instrumentos de planejamento aplicados ao DNIT.

O Plano será revisto anualmente, quando será divulgado um relatório, coordenado pela CGTI, para publicização dos dados disponibilizados, o qual deverá incluir, entre outras informações, as estatísticas de consulta aos dados, uso das Interfaces Programáveis de Aplicativos (APIs) e de acesso aos dados na fonte. Caso se identifique que a qualidade dos dados disponibilizados já não mais atende às necessidades dos usuários, o relatório trará também propostas de melhoria.

## **9.MELHORIA DA QUALIDADE DE DADOS**

O PDA do DNIT procura disponibilizar os dados considerados mais relevantes para a sociedade com qualidade de conteúdo. Destaca-se que o Plano também pode propor ações de melhoria que garantam melhores formatos e maior qualidade das informações.

A referência para melhoria da qualidade dos dados abertos pelo DNIT é fornecida pela INDA, segundo seu Modelo de Maturidade de Dados Abertos, que institui os seguintes critérios:

- Os dados disponibilizados devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, através de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso;
- Tabelas mantidas em arquivos PDF (relatórios, por exemplo), devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- Os dados disponibilizados devem ser feitos em formatos abertos, conforme formatos recomendados pela e-PING;
- Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a Cartilha Técnica para Publicação de Dados no Brasil.

Para cada caso de abertura deverá ser desenhada uma estratégia de evolução, considerando os critérios de qualidade da INDA e a premissa de que devemos disponibilizar dados relevantes para a sociedade.

Também será considerada a colaboração com a sociedade no processo de melhoria da qualidade, por meio do recebimento de sugestões e de canais permanentes de comunicação.

## **10. COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

A institucionalização do PDA, sua governança e suas revisões devem ser comunicadas à sociedade por meio da página do DNIT na internet. Dessa forma, serão envolvidos setores responsáveis pela publicação dos dados catalogados, de modo a disseminar a cultura da transparência e solidificar a publicação de dados na rotina da Autarquia. Quando da atualização ou da inserção de novos dados, poderão ser realizadas ações específicas de comunicação, coordenadas pela CGCOM, de forma a haver ampla divulgação interna e externa ao DNIT.

Os materiais de divulgação levam em conta interesses de diferentes segmentos de público: servidores do órgão, gestores públicos, produtores e usuários dos dados, academia, imprensa, sociedade organizada e cidadão comum (não se vincula à organização ou entidade específica).

O cidadão poderá usar o canal Fala.BR para informar sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados, além de fazer sugestões para o

aperfeiçoamento do PDA, o que será encaminhado à área responsável para tratamento e resposta.

Para fomentar a participação social e, em observância aos princípios da transparência e da publicidade, poderão ser utilizadas as seguintes ferramentas:

Publicação de relatório anual, contendo estatísticas de consulta aos dados;

Catálogo das informações em URL fixa no âmbito do DNIT, além da publicação nos sites da INDE e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, conforme natureza do dado;

Publicação de notícias e releases no site do DNIT e divulgação em outros canais utilizados pela CGCOM.

## 11. PLANO DE AÇÃO

Os Planos de Ação aqui apresentados estão organizados em três cronogramas. O primeiro apresenta as etapas empreendidas para atualização e sustentação do PDA durante sua vigência.

O segundo exhibe as metas e prazos relativos à abertura das bases de dados escolhidas.

O terceiro cronograma, por fim, contém a ação prevista para promoção, fomento, uso e reuso das bases a serem disponibilizadas pela Autarquia.

### 11.1 Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

Ações	Atividades	Unidade responsável	Meta/prazo
<b>Disponibilização do Portal de Dados Abertos do DNIT</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>Realizar as configurações necessárias;</li><li>Manter válido o uso da ferramenta;</li><li>Manter atualizada a publicação da ferramenta no ambiente do DNIT.</li></ol>	CGTI	Vigência do PDA
<b>Catálogo no Portal Brasileiro de Dados Abertos (com suporte CGTI)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>Publicar os dados do DNIT em formato aberto;</li><li>Atualizar os dados periodicamente;</li><li>Verificar inconsistências.</li></ol>	Conforme responsáveis elencados no cronograma seguinte	Conforme prazos estabelecidos no cronograma seguinte
<b>Divulgação dos dados publicizados</b>	Produzir e publicar no Portal do DNIT informes sobre os dados disponibilizados.	CGCOM	Durante a vigência do PDA

<b>Sustentação dos dados já publicados</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter a integridade dos dados publicados;</li> <li>2. Garantir a disponibilidade dos dados publicados.</li> </ol>	CGTI e áreas finalísticas	Durante a vigência do PDA
<b>Curadoria</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definir critérios para classificação de qualidade e acurácia de dados (<b>áreas finalísticas</b>);</li> <li>2. Verificar, para efeitos de publicação, se os dados enviados para publicação estão de acordo com os padrões da INDA e/ou INDE;</li> <li>3. Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;</li> <li>4. Coordenar o processo de catalogação;</li> <li>5. Cadastrar os mantenedores dos metadados no portal.</li> </ol>	CGTI (coordenação) e Áreas finalísticas	Durante a vigência do PDA
<b>Monitoramento e Controle</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acompanhar o PDA, bem como a atualização de suas metas, seus prazos, indicadores e produtos;</li> <li>2. Elaborar Relatório anual de acompanhamento (CGTI).</li> </ol>	Autoridade de Monitoramento da LAI e CGTI	Durante a vigência do PDA
<b>Participação Social</b>	Receber os pedidos de informação dos usuários pelos canais de comunicação do DNIT, dirimir dúvidas e enviar as sugestões recebidas para avaliação da CGTI.	Ouvidoria	Durante a vigência do PDA
<b>Plano de Comunicação</b>	Informar aos públicos externo e interno sobre os serviços disponibilizados no Portal da Autarquia por meio de um Plano de Comunicação.	CGCOM	Durante a vigência do PDA

## 11.2 CRONOGRAMA DE ABERTURA DE BASES

Conjunto de dados	Descrição	Unidade responsável	Meta/prazo	Frequência atualização
<b>Andamento de obras</b>	Planilha com dados do Sistema Supervisão Rodoviária Avançada (SUPRA), contemplando execução	COAC/CGCONT /DIR (1)	Fev/2023	Mensal

	física, financeira e demais informações relativas ao andamento das obras e contratos.			
<b>Condições do pavimento</b>	Mapas, por UF, com dados do Índice de Condição da Manutenção (ICM), contendo a avaliação das condições da manutenção do pavimento e da conservação das rodovias federais.	CGMRR/DIR (2)	Fev/2023	Mensal
<b>Contagem de tráfego</b>	Planilha com dados do Plano Nacional de Contagem de Tráfego (PNCT), contendo a modelagem do volume médio anual de veículos.	CGPLAN/DPP (3)	Fev/2023	Anual
<b>Controle de velocidade</b>	Planilha com dados do PNCV (Programa Nacional de Controle de Velocidade), contemplando UF, rodovia, km, tipo e situação do equipamento utilizado, quantidade de faixas de tráfego controladas, entre outras informações técnicas.	CGPERT/DIR (4)	Fev/2023	Semestral
<b>Jurisdição de vias</b>	Planilha com dados do Sistema Nacional de Viação (SNV), contendo o cadastro da malha rodoviária federal.	CGPLAN/DPP	Fev/2023	Trimestral
<b>Pesagem</b>	Planilha com dados obtidos de extratos oriundos das Unidades Móveis Operacionais (UMOs), por UF.	CGPERT/DIR	Fev/2023	Semestral
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coordenação de Acompanhamento de Obras da Coordenação-Geral de Construção Rodoviária (Diretoria de Infraestrutura Rodoviária)</li> <li>2. Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária (Diretoria de Infraestrutura Rodoviária)</li> <li>3. Coordenação-Geral de Planejamento e Programação de Investimento (Diretoria de Planejamento e Pesquisa)</li> <li>4. Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias (Diretoria de Infraestrutura Rodoviária)</li> </ol>				

### 11.3 CRONOGRAMA DE PROMOÇÃO, FOMENTO, USO E REUSO DAS BASES

<b>Produto</b>	<b>Atividades</b>	<b>Unidade responsável</b>	<b>Data/período</b>
<b>Resultados de consultas públicas</b>	Promoção de consultas públicas.	Ouvidoria (com suporte CGCOM e CGTI)	Anualmente, a cada revisão do PDA.
<b>Matérias acerca da abertura das bases de dados e seus conteúdos</b>	Produção de matérias a serem veiculadas no Portal do DNIT e em outras mídias sociais.	CGCOM	A cada abertura de dados (mês corrente ou subsequente)

## ANEXO 1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DNIT (2023-2026)

# 2023 MAPA ESTRATÉGICO 2026



## ANEXO 2 MAPA ESTRATÉGICO DA CGTI (PETI 2020-2023)



**ANEXO 3**  
**INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO DNIT**

Nome da base	Descrição	Unidade responsável pela base	Disponível em dados.gov.br?	Periodicidade de atualização	Política pública relacionada, quando aplicável	Possui conteúdo sigiloso?
<b>Andamento de Obras</b>	Dados do Sistema Supervisão Rodoviária Avançada (SUPRA), contemplando execução física, financeira e demais informações relativas ao andamento das obras e contratos.	COAC/CGCONT/DIR	SIM	Mensal	Lei n° 12.379/2011 - Política de Infraestrutura do Sistema Federal de Viação	NÃO
<b>Condições do Pavimento</b>	Dados do Índice de Condição da Manutenção (ICM), contendo avaliação das condições da manutenção do pavimento e da conservação das rodovias federais.	CGMRR/DIR	SIM	Mensal	Lei n° 12.379/2011 - Política de Infraestrutura do Sistema Federal de Viação	NÃO
<b>Contagem de Tráfego</b>	Dados do Plano Nacional de Contagem de Tráfego (PNCT), contendo a modelagem do volume médio anual de veículos.	CGPLAN/DPP	SIM	Anual	Lei n° 12.379/2011 - Política de Infraestrutura do Sistema Federal de Viação	NÃO
<b>Controle de Velocidade</b>	Dados do PNCV (Programa Nacional de Controle de Velocidade), contemplando UF, rodovia, km, tipo e situação do equipamento utilizado, quantidade de faixas de tráfego controladas, entre outras informações técnicas.	CGPERT/DIR	SIM	Semestral	Lei n° 12.379/2011 - Política de Infraestrutura do Sistema Federal de Viação	NÃO
<b>Jurisdição de Vias</b>	Dados do Sistema Nacional de Viação (SNV), contendo o cadastro da malha rodoviária federal.	CGPLAN/DPP	SIM	Trimestral	Lei n° 12.379/2011 - Política de Infraestrutura do Sistema Federal de Viação	NÃO
<b>Pesagem</b>	Dados obtidos de extratos oriundos das Unidades Móveis Operacionais (UMOs), por UF.	CGPERT/DIR	SIM	Semestral	Lei n° 12.379/2011 - Política de Infraestrutura do Sistema Federal de Viação	NÃO
<b>Acompanhamento de Contratos (*)</b>	Dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC), com informações sobre as contratações realizadas pelo DNIT.	DAF	NÃO	Mensal	N/A	SIM

**(\*) Segundo a área técnica (CGTI), essa base de dados é grande e dispersa, e poderá, após a devida avaliação, ser implementada durante a vigência deste PDA.**

**ANEXO 4**  
**MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DOS DADOS**

BASE DE DADOS	Critério							TOTAL	Ordem de prioridade de abertura
	Grav de relevância para o cidadão (**)	Mais solicitados em transparência passiva (**)	Alinhamento com o Planejamento Estratégico e PDTI	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos	Possibilidade de fomento a negócios na sociedade	Conjunto de informações e sistemas do DNIT, com foco nos sistemas estruturantes	Nível de maturidade do DNIT para disponibilizar o conjunto de dados existentes, considerando a sensibilidade da informação e o nível de sigilo		
Peso do critério (*)	5	5	3	3	3	3	4		
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	Ouvidoria	Ouvidoria	Ouvidoria	Ouvidoria		
Andamento de obras	3	1	3	3	1	3	3	62	1º
Condições do pavimento	3	0	3	3	3	0	3	54	2º
Contagem de tráfego	2	0	3	2	3	3	3	55	3º
Controle de velocidade	2	0	3	3	1	3	3	52	4º
Jurisdição de vias	2	3	2	1	2	0	3	52	5º
Pesagem	1	0	3	3	1	3	3	47	6º

(\*) Para definir o peso, a equipe de elaboração do PDA seguiu metodologia adotada no PDA do MInfra 2020/2021, conforme disposto em tabela do **Anexo 5** (\*\*) Para esses critérios, foi utilizada a tabela do **Anexo 6**. Com relação à transparência passiva, suas particularidades foram mencionadas no item 5.3. deste PDA.

**ANEXO 5**  
**TABELA DE PESOS ATRIBUÍDOS AOS CRITÉRIOS**

Peso	Nota	Avaliador
Valor atribuído a cada critério, em função de sua relevância na abertura dos conjuntos de dados, em uma escala de <b>3 a 5</b> (com 5 equivalente ao maior peso)	Cada conjunto de dados foi avaliado segundo o critério e recebeu uma nota: 1. - não se aplica 1. - baixa relevância 2. - média relevância 3. - alta relevância	Responsável por atribuir as notas, segundo cada critério, para cada conjunto de dados.

Fonte: adaptado de Plano de Dados Abertos MInfra 2020/2021

**ANEXO 6**  
**TABELA DE ATRIBUIÇÕES DE NOTAS**  
(consulta pública e transparência passiva)

<b>Quantidade de manifestações de interesse pelo conjunto de dados</b>	<b>Nota atribuída</b>
<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1 a 30</b>	<b>1</b>
<b>31 a 60</b>	<b>2</b>
<b>61 ou mais</b>	<b>3</b>

Fonte: adaptado de Plano de Dados Abertos MInfra 2020/2021

**GLOSSÁRIO**

A maioria dos conceitos abaixo se refere às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA. Outros foram inseridos a fim de auxiliar na compreensão do teor do presente Plano.

**CKAN** (*Comprehensive Knowledge Archive Network*): é uma plataforma para portal de dados em software livre, que torna os dados acessíveis e utilizáveis, ao prover ferramentas para simplificar a publicação, o compartilhamento, o encontro e a utilização dos dados (incluindo o armazenamento de dados e o provimento de robustas APIs de dados).

**Dado**: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001; SETZER, 2001;).

**Dados abertos**: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

**Dado público**: qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

**e-PING**: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

**Formato aberto**: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

**Informação**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002; SETZER, 2001).

**Licença aberta**: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

**Linked data:** conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração.

**Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

**Open Geospatial Consortium (OGC):** organização voluntária internacional de padrões de consenso. No OGC, mais de 280 organizações comerciais, governamentais, não-lucrativas e instituições de pesquisa do mundo todo colaboram num processo de consenso aberto encorajando o desenvolvimento e a implementação de padrões para conteúdo e serviços geomáticos, SIG, processamento de dados e troca ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Open\\_Geospatial\\_Consortium](https://pt.wikipedia.org/wiki/Open_Geospatial_Consortium)).

**Open Government Partnership (OGP):** Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008. Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6666.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20do%20Poder,INDE%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6666.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20do%20Poder,INDE%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019. Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10160.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADa%20Pol%C3%ADtica,melhoria%20na%20prest%C3%A7%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10160.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADa%20Pol%C3%ADtica,melhoria%20na%20prest%C3%A7%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 6 jul. 2020.

Ministério da Economia. Escola Nacional de Administração Pública. **Elaboração de Plano de Dados Abertos**. Brasília: Enap, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3150>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Ministério da Fazenda. Plano de Dados Abertos 2023/2025. Sistema Eletrônico de Informações. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/mf-plano-de-dados-abertos-23-25-1.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Ministério da Educação. Plano de Dados Abertos 2020/2021. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=139241-pda-mec-2020-2021-atualed&category\\_slug=fevereiro-2020&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139241-pda-mec-2020-2021-atualed&category_slug=fevereiro-2020&Itemid=30192)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Ministério dos Transportes. Plano de Dados Abertos 2022/2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/transportes/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/PDA\\_Minfra20222023Finalpublicada2.pdf](https://www.gov.br/transportes/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/PDA_Minfra20222023Finalpublicada2.pdf)>. Acesso em: 29. nov. 2023.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Instrução Normativa nº 4, de 12 de abril de 2012. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA. Disponível em: <https://inde.gov.br/>